

SIMPÓSIO 28

GRAMÁTICA, DISCURSO E ENUNCIÇÃO

Este simpósio tem interesse na discussão de resultados de pesquisas que tratem da relação entre Gramática, Discurso e Enunciação. Um pressuposto natural desse interesse é a necessidade da consideração da língua em uso efetivo, com ênfase na observação da relação entre a gramática e a construção de sentidos e efeitos no quadro mais amplo do discurso e da enunciação. Assumindo que a diversidade de uso da linguagem está associada à diversidade das práticas sociais, buscamos identificar correlações entre forma e função, colocando em evidência o condicionamento da língua pelos propósitos de quem enuncia e por um conjunto de informações de toda ordem disponíveis no momento da interação verbal. Na análise, as formas não devem ser vistas como meros traços, itens ou construções, mas consideradas em relação aos processos de que participam (referenciação, predicação, junção, modalização), de natureza dinâmica, multifuncional e estratégica na construção dos sentidos (NOGUEIRA, 2004). São bem-vindas as propostas que, com esse pressuposto, se voltem para a descrição e análise linguística com orientação teórica em alguma abordagem baseada no uso, que destaque o papel do contexto em seus aspectos sociais, cognitivos, interacionais.

COORDENAÇÃO

Márcia Teixeira Nogueira
Universidade Federal do Ceará
marciatn@gmail.com

Maria Auxiliadora Ferreira Lima
Universidade Federal do Piauí
dora.fl@uol.com.br

A CORREÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE REFORMULAÇÃO TEXTUAL NO DISCURSO PARLAMENTAR

Maria Rodrigues de OLIVEIRA (PUC-SP)⁵²⁷

Resumo: Embasado em pesquisas voltadas aos estudos do texto e do contexto bem como dos procedimentos de reformulação textual – com destaque para a correção – e em manuais de retextualização de casas legislativas, este artigo tem o objetivo de discutir as correções de discursos parlamentares provocadas por interlocutores em textos orais e sua representação e seus efeitos nos discursos retextualizados.

Palavras-chave: Reformulação textual. Correção. Discurso parlamentar.

1. Considerações iniciais

A correção é um recurso bastante usado nos discursos parlamentares, seja para o simples ajuste de palavras ou de expressões seja para a substituição de informações incorretas. Há, porém, um tipo especial de correção que se destaca nesses discursos, que é aquela provocada por terceiros e autorizada por um outro (o presidente da sessão). Essa correção, cujo objetivo principal é o apagamento, no texto escrito, de termos considerados ofensivos, acaba não cumprindo esse papel, já que, na versão escrita, restam marcas que denunciam os atos corretivos. Além disso, os pedidos de correção nesse contexto nem sempre são atendidos, pois há ocasiões em que o presidente não autoriza a mudança ou, então, o orador solicita que o termo seja mantido no texto escrito na forma como foi pronunciado. Nesse caso, observa-se o prenúncio de um conflito que pode tomar rumos inesperados, como a exacerbação da ofensa ou até mesmo questionamentos no âmbito judicial. Coloca-se, assim, a seguinte questão: As correções solicitadas no discurso oral cumprem o papel corretivo desejado quando representadas no texto escrito?

Este trabalho tem a finalidade de responder a essa questão e, para tanto, analisaremos um discurso proferido na Câmara dos Deputados na 82ª Sessão Ordinária da Câmara dos Deputados, realizada em 27 de abril de 2009. Assim, este artigo será composto, além destas considerações iniciais e das considerações finais, de três partes: na primeira, apresentaremos considerações teóricas acerca do texto e do contexto; na segunda, trataremos do tema reformulação textual; na terceira, discutiremos a forma com que são representadas as correções objeto deste artigo no texto escrito e seus efeitos, tendo em vista a diferença entre os contextos da oralidade e da escrita.

2. Algumas considerações teóricas sobre texto e contexto

1.1 O texto e o contexto na fala e na escrita

A Linguística Textual, a partir de sua segunda fase (década de 70 do século XX), como afirma Jubran (2009), pautando-se pela concepção de linguagem como interação social, passou a ver o texto como uma unidade de comunicação, levando em conta a pessoa a quem nos dirigimos, a situação em que estamos e o assunto de que tratamos. Esses “são fatores pragmáticos, isto é, fatores ligados ao contexto no qual se dá o ato de comunicação, que

⁵²⁷Pontifícia Universidade de São Paulo (Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa), São Paulo, Brasil. E-mail: mrodrigueso@uol.com.br.

interferem no modo como usamos a linguagem para interagirmos uns com os outros” (2009, p. 3). Ainda de acordo com a autora, há situações que nos colocam um ritual que estabelece normas a serem seguidas nas relações entre os participantes de um ato comunicativo e algumas dessas situações são significativas tanto para a produção quanto para a compreensão de um texto.

Nos primórdios das pesquisas sobre o texto, na fase da análise transfrástica, o contexto era visto apenas como o entorno verbal. Koch & Elias (2006) assinalam que a evolução desse ponto de vista partiu dos estudos da Pragmática e que, a partir desse momento, o contexto passou a englobar, além do co-texto, a situação de interação imediata, a situação mediata e o contexto cognitivo dos interlocutores, sendo que esse último diz respeito a todos os tipos de conhecimentos arquivados na memória dos atores sociais, mobilizados por ocasião do intercâmbio verbal. Para essas autoras, um estudo do texto sem a consideração do contexto é altamente insuficiente pelo fato de certos enunciados serem ambíguos e demandarem atenção a aspectos contextuais para a desambiguação.

O contexto é essencial para a formação de sentidos e abrange uma série de aspectos que envolvem processos interacionais, como atesta Marcuschi (2003b) ao informar que os sentidos e as respectivas formas de organização linguística dos textos se dão no uso da língua, como atividade situada, tanto no caso da fala como da escrita. Em ambos os casos, a contextualização é necessária para a produção e a recepção, ou seja, para o funcionamento pleno da língua.

Para que a língua funcione plenamente, o conhecimento partilhado é uma das chaves para a construção de sentidos pelos participantes de um evento comunicativo, porém, aspectos subjetivos podem influenciar nesse processo devido aos modelos mentais dos interlocutores, acarretando entendimentos equivocados. Desse modo, conforme van Dijk (2012), embora na maioria das formas de discurso entre membros de uma mesma comunidade os modelos mentais sejam suficientemente semelhantes para garantir o sucesso da comunicação, esses modelos incorporam necessariamente elementos pessoais que tornam únicas todas as produções e, portanto, possibilitam mal-entendidos mesmo quando há muitos elementos socialmente compartilhados.

2.1. O contexto no discurso parlamentar

O parlamento é um cenário típico de interação que envolve conhecimentos particulares e partilhados na discussão de tópicos variados, sob diversos pontos de vista. Nesse contexto, os domínios discursivos são vários e os conhecimentos são múltiplos, mas isso não impede que os oradores se expressem e se compreendam. De acordo com van Dijk (2001), os parlamentares compartilham grande parte de seus conhecimentos e crenças sobre os contextos que constroem e, além disso, sabem como os outros parlamentares definem a situação em curso em termos de seus próprios modelos mentais.

O contexto muitas vezes leva os parlamentares a agirem de forma diferente daquela que agiriam fora do plenário, pois são presos a regras partidárias e regimentais que os obrigam a ajustar seus comportamentos. Como afirma van Dijk, mesmo que os contextos sejam, por definição, pessoais e únicos, é comprovado que também têm dimensões sociais e políticas. Assim, os parlamentares sabem que os outros políticos se apresentam como membros de algum partido e, por conseguinte, como correligionários ou adversários políticos.

Esse conhecimento, representado no modelo mental chamado contexto, também pode estar ritualmente expresso ou formulado como nas situações em que, na Câmara dos Comuns britânica⁵²⁸, os parlamentares do mesmo

⁵²⁸Embora o autor se refira ao contexto da Câmara dos Comuns britânica, as características contextuais dos atos parlamentares mencionadas por ele são comuns na maioria das Casas Legislativas, inclusive nas brasileiras.

partido dirigem-se uns aos outros com o vocativo “meu prezado amigo”, ainda que em outras situações sociais possam ser inimigos implacáveis (2001, tradução nossa).

Alguns fatores que conduzem os parlamentares – quando no exercício da palavra no parlamento – a comportamentos padronizados são decorrentes de orientações partidárias e de normas regimentais, conforme se observa no Artigo 73 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados⁵²⁹ que, no Inciso X, estabelece a quem o deputado deve se dirigir em sua fala e, no inciso XI, cuida da forma de tratamento que deve ser usada entre os pares no plenário:

X – o Deputado, ao falar, dirigirá a palavra ao Presidente, ou aos Deputados de modo geral;

XI – referindo-se, em discurso, a colega, o Deputado deverá fazer preceder o seu nome do tratamento de Senhor ou de Deputado; quando a ele se dirigir, o Deputado dar-lhe-á o tratamento de Excelência;

O termo *discurso parlamentar* é definido pelo glossário da Câmara dos Deputados⁵³⁰ como “pronunciamento público de parlamentar na tribuna da Casa legislativa sobre assunto determinado”. Nessa definição, estão implícitos o *tópico* (assunto determinado), a *situação* (pronunciamento público), os *papéis dos participantes* (parlamentar) e o *meio do discurso* (tribuna da Casa legislativa). Esses quatro itens devem ser respeitados para o bom andamento dos trabalhos; porém, não são raras as oportunidades em que se observam desrespeito a esses itens, acarretando protestos entre os pares e advertências do presidente da sessão.

3. Reformulação textual

O texto, tanto na modalidade oral quanto na escrita, admite ou mesmo exige reformulações no decorrer de sua construção, com as estratégias próprias de cada modalidade. Nesse sentido, Hilgert (2003) observa que a intenção comunicativa é *construída* na e pela formulação e, desse modo, o planejamento de uma atividade comunicativa só se completa depois de concluído o enunciado. O autor ressalta que é precisamente essa preocupação simultânea com o *dizer* e com o *que dizer* que deixa evidente, no texto falado, uma série de marcas responsáveis pela caracterização específica de sua formulação.

Nas marcas indicadas por Hilgert, incluem-se procedimentos de reformulação como a repetição, a paráfrase e a correção. Desses três processos, devido à peculiaridade de seu uso no discurso parlamentar e à forma de sua concretização no texto falado e no texto escrito, interessa-nos a correção. Sendo assim, passaremos a uma reflexão sobre esse tipo de reformulação textual nas duas modalidades da língua.

3.1. A correção no texto oral

Correção, conforme Barros (2003), é um procedimento de reelaboração do discurso que visa a consertar seus *erros*, os quais devem ser entendidos como uma escolha do falante já posta no discurso que, por razões diversas, ele e/ou seu interlocutor consideram inadequada. Leite & Peruchi (2003), na mesma linha de Barros, afirmam que correção é uma reelaboração do discurso que suspende temporariamente o andamento da frase para *consertar* formulações consideradas inadequadas pelo falante ou por seu interlocutor. Além disso, as autoras afirmam que, nesse tipo de reformulação, o falante anula, total ou parcialmente, a formulação anterior, com a finalidade de garantir a boa compreensão entre os participantes da conversação.

As correções podem ser de responsabilidade do orador, do interlocutor ou de ambos ao

⁵²⁹Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados>>. Acesso em: 17 jun. 2013.

⁵³⁰Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/glossario/d.html>>. Acesso em 10 jun. 2013.

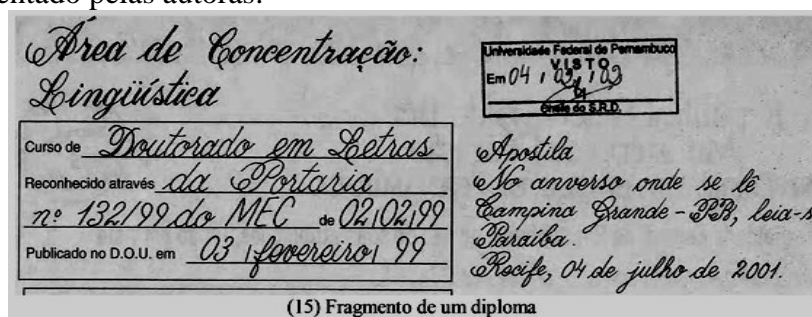
mesmo tempo. Desse modo, Marcuschi (2003a), fundamentado nos estudos de Schegloff, Jefferson e Sacks (1977)⁵³¹, apresenta os seguintes tipos de correção: *autocorreção auto-iniciada* (feita pelo falante logo após a falha); *autocorreção iniciada pelo outro* (feita pelo falante, mas estimulada pelo interlocutor); *correção pelo outro e auto-iniciada* (o falante inicia a correção, mas quem a faz é o parceiro); *correção feita pelo outro e iniciada pelo outro* (o falante comete a falha e quem a corrige é interlocutor). Quando a correção é de iniciativa do interlocutor, ela nem sempre é bem vinda, como se observa, com frequência, em discursos parlamentares. A esse respeito, Aquino (1997) salienta que a hetero-correção pode se colocar como elemento promotor de conflito, pois os participantes podem não aceitar a correção ou ela pode não ser adequada.

Sobre as funções da correção, Fávero *et al* (1999) postulam que esse tipo de reformulação textual tem a função geral de caráter interacional no que diz respeito à busca de cooperação, à intercompreensão e ao estabelecimento de relações de envolvimento entre os interlocutores. Jubran (2009), por seu turno, apresenta, como funções da correção, o ajuste de palavras às informações que estão sendo transmitidas e a substituição de uma informação dada por outra, no caso de a informação não corresponder à verdade dos fatos referidos.

3.2. A correção no texto escrito

Nessa modalidade de texto, a correção apresenta marcas diferentes daquelas do texto oral. Tal diferença explica-se pelo contexto de produção das duas modalidades textuais, conforme ensina Barros (2003) ao afirmar que é possível, na escrita, reelaborar o texto sem deixar marcas, ao passo que, na fala, isso não acontece, pois elaboração e produção coincidem no eixo temporal.

Apesar de infrequente a exposição de correções no texto escrito, há casos em que isso ocorre, como nas anotações pessoais e nos trabalhos escolares, por exemplo. Como afirmam Dionísio & Hoffnagel (2007), em algumas situações de prática de escrita, deixamos as nossas correções à mostra. As autoras alertam que, apesar de marcas de correção em documentos poderem invalidá-los, as correções podem ser legalmente aceitas se atestadas pelo emissor, em outro espaço do documento, sem rasura e com assinatura no local da alteração. A seguir, o exemplo apresentado pelas autoras:



A correção no diploma é assim explicada por Dionísio & Hoffnagel:

No verso de um diploma de conclusão do curso de Doutorado em Letras, exemplo (15), a correção feita *No anverso onde se lê Campina Grande – PB, leia-se Paraíba*, é antecedida do termo *Apostila* (acréscimo feito em diploma ou título oficial para efeito legal) e seguida da data em que a correção foi feita (*Recife, 04 de julho de 2001*), além de contar com o visto e a assinatura do chefe do Serviço de Registro de Diplomas (2007, p. 112).

⁵³¹SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G.; SACKS, H. The Preference for Self-correction in the Organization of Repair in Conversation. *Language*, 1977, 55(2):361-382.

Um exemplo semelhante ao apresentado pelas autoras, com grande repercussão nos meios de comunicação, é a correção de erros de transcrição de gravação de escuta telefônica na qual a palavra *raciocinar* foi transcrita por *assassinar*, além de equívoco na identificação de um dos falantes. Como se trata de documento oficial assinado e inserido em processo, a correção aparece na forma de *corrigenta*, conforme se observa no recorte da transcrição⁵³²:



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
DIVISÃO DE POLÍCIA ESPECIALIZADA
NUCRISA - NÚCLEO DE REPRESSÃO AOS CRIMES CONTRA À SAÚDE



C O R R I G E N T A

24/01/2013 - 15:29:11

ONDE SE LÊ: ANDERSON, LEIA-SE: VIRGÍNIA:

VIRGÍNIA: Ó, eu fiquei com cinco doentes, daí no final do dia eu tinha sete, daí hoje nos temos já onze. Falta chegar um. São onze. Mas se você der uma vaga, pronto. Mas se entulhar tudo também não vai né. A Eliza já é uma empata. Nossa senhora! (falo) Quero desentulhar essa UTI que tá me dando coceira. risos!

(...)

ONDE SE LÊ: ASSASSINAR, LEIA-SE: RACIOCINAR

VIRGÍNIA: Nós estamos com a cabeça bem tranqüila pra raciocinar, pra tudo né! Porque até a Itamara falou pensei em lyme!

No contexto legislativo, podemos considerar as emendas, cujo objetivo é a alteração de projetos de lei em andamento ou de leis já promulgadas ou sancionadas, como ilustrativas de correção *a posteriori* em textos escritos. A definição que encontramos para emenda no *Glossário* de termos legislativos da Câmara dos Deputados corrobora nossa afirmação: “Proposição apresentada como acessória de outra, destinada a alterar a forma ou conteúdo da principal, podendo ser supressiva, aglutinativa, substitutiva, modificativa ou aditiva”.⁵³³ Os exemplos mais populares desse tipo de correção são as emendas à Constituição (ECs), apresentadas por meio de Projetos de Emenda à Constituição (PECs), as quais, quando aprovadas, têm efeito corretor sobre a Carta Magna. A título de ilustração, transcrevemos o artigo 6º da Constituição Federal⁵³⁴, que foi alterado pelas Emendas 26 de 2000 e 64 de 2010.

Artigo original: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Artigo emendado: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

No artigo emendado, foram incluídos os itens *alimentação* e *moradia*. Essas alterações são justificadas no texto constitucional, logo após o fim do artigo, com a seguinte informação: “(Artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 2000) e (Artigo com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010)”.

3.3. A correção no discurso parlamentar: uma análise ilustrativa

A correção no discurso parlamentar, em se tratando daqueles proferidos na tribuna do parlamento e transcritos para inserção nos anais das casas legislativas, além das características descritas pelos autores para as modalidades oral e escrita, apresenta marcas próprias, algumas

⁵³²Disponível em: <<http://g1.globo.com/parana/noticia/2013/02/policia-corrige-palavra-em-transcricao-sobre-medica-investigada-em-curitiba.html>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

⁵³³Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/glossario>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

⁵³⁴Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>>. Acesso em 12 jun. 2013.

das quais serão apresentadas a seguir.

O texto selecionado para demonstração é um extrato da 82ª Sessão Ordinária da Câmara dos Deputados, realizada em 27 de abril de 2009⁵³⁵. O tópico de discussão é um veto apostado pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Projeto de Lei nº 1.745/99, de autoria do ex-Deputado Paulo de Almeida, que trata de complementação de aposentadoria dos empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. O texto está disposto em duas colunas numeradas: na primeira, encontra-se o discurso transcrito pela pesquisadora (TP), sem alterações; na segunda, está o discurso publicado pela Câmara dos Deputados (PC), com as alterações solicitadas. Os destaques em itálico são do original e aqueles em negrito são da pesquisadora, para facilitar a localização dos itens comentados.

Transcrição da pesquisadora (TP)		Publicação da Câmara (PC)	
1	O SR. CHICO LOPES (Bloco/PCdoB-CE.	1	O SR. CHICO LOPES (Bloco/PCdoB-CE.
2	Pela ordem. Sem revisão do orador.) –	2	Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr.
3	Senhor Presidente, Chico Lopes, do	3	Presidente, o Deputado Chico Lopes, do
4	PCdoB, e sua bancada vai reparar essa	4	PCdoB, e a bancada do partido nesta Casa
5	estupidez feita pelo Fernando Henrique	5	vão reparar o que fez o ex-Presidente
6	Cardoso com esse jovem que já deram a	6	Fernando Henrique Cardoso com esses que
7	sua contribuição e poderá passar fome	7	já deram sua contribuição ao País e que
8	depois de aposentado. (<i>Palmas</i>)	8	poderão passar fome depois de aposentados.
9	O SR. PROFESSOR RUY PAULETTI	9	(<i>Palmas.</i>)
10	(PSDB-RS. Questão de ordem. Sem revisão	10	<i>(Texto escoimado de expressão, conforme</i>
11	do orador.) – O Professor... o Deputado	11	<i>art. 17, inciso V, alínea b, do Regimento</i>
12	Chico Lopes chamou o ex-Presidente de	12	<i>Interno.)</i>
13	estúpido. Esse deve ser... deve se retratar e	13	O SR. PROFESSOR RUY PAULETTI
14	retirar dos Anais desta Casa as palavras	14	(PSDB-RS. Questão de ordem. Sem revisão
15	ofensivas ao Senhor Presidente da	15	do orador.) – O professor e Deputado Chico
16	República.	16	Lopes deve se retratar e retirar dos Anais
17	O SR. CHICO LOPES (Bloco/PCdoB-CE.	17	desta Casa as palavras ofensivas a um ex-
18	Pela ordem. Sem revisão do orador.) –	18	Presidente da República.
19	Deputado, é o seguinte: a Língua		[...]
20	Portuguesa é de uma riqueza, que cada	19	<i>(Texto escoimado de expressão, conforme</i>
21	um dá a sua interpretação como quer. Eu	20	<i>art. 17, inciso V, alínea "b", do Regimento</i>
22	não o chamei de estúpido. Nem ele nem	21	<i>Interno.)</i>
23	ninguém porque eu fui educado para	22	O SR. CHICO LOPES (Bloco/PCdoB-CE.
24	respeitar autoridade. O ato dele que foi	23	Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr.
25	uma estupidez que está aí o resultado,	24	Deputado, a Língua Portuguesa tem
26	mas se é isso motivo de uma divergência	25	grande riqueza, e cada um interpreta as
27	e criar dificuldade para o veto, peço que	26	palavras como quer. Mas, se é isso motivo
28	retire, mas não queira defender um ato	27	de divergência e pode criar dificuldades
29	no escorrego de uma palavra, que é	28	para a apreciação do veto, peço que se
30	sempre isso: eles foram os responsável	29	retire a expressão. Não queira V.Exa.
31	pelos estado mínimo e de prejudicar os	30	defender um ato no escorrego de uma
32	funcionário, mas eu peço para retirar a	31	palavra. Eles foram os responsáveis pelo
33	palavra, mas eu não disse isso que o	32	Estado mínimo e por prejudicar os
34	Deputado quer botar na minha boca.	33	funcionários. Peço à Mesa que retire a
35	O SR. PRESIDENTE (Francisco	34	expressão. Mas não proferi a palavra que
36	Rodrigues) - Determino a retirada da	35	o Deputado quer pôr na minha boca.
	expressão. Fica deferido inclusive a	36	<i>(Texto escoimado de expressão, conforme</i>
	solicitação do nobre Deputado.	37	<i>art. 17, inciso V, alínea b, do Regimento</i>
			<i>Interno.)</i>

⁵³⁵Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/discursodireto.asp?nuSessao=082.3.53.O>>. Acesso em 17 jun. 2013.

		38	O SR. PRESIDENTE (Francisco Rodrigues)
		39	- Determino a retirada da expressão.
		40	Deferida a solicitação do nobre Deputado.

Nesse trecho, fazendo-se um cotejo da transcrição da pesquisadora com a publicação da Câmara, observa-se que, em decorrência do pedido de correção, foram efetuados os seguintes ajustes:

1. Linhas 4-5/TP: o termo *essa estupidez* foi substituído pela locução pronominal *o que*, como se verifica na linha 5/PC;
2. Linhas 12-13/TP: a expressão *chamou o ex-Presidente de estúpido* foi eliminada, conforme se verifica na linha 16/PC;
3. Linhas 20-24/TP: o segmento *Eu não o chamei de estúpido. Nem ele nem ninguém, porque eu fui educado para respeitar autoridade. O ato dele que foi uma estupidez que está aí o resultado* foi eliminado, como se observa na linha 26/PC;
4. Ao final das falas dos oradores, linhas 10-12/PC, 19-21/PC e 35-37/PC, consta a informação de que o texto sofreu alterações abonadas pelo Regimento Interno da Casa: (*Texto escoimado de expressão, conforme art. 17, inciso V, alínea b, do Regimento Interno*).⁵³⁶

Na primeira correção, foi usada a estratégia de substituição, com a troca de *essa estupidez* pela locução pronominal *o que*, acarretando a indefinição do dito e não seu apagamento, conforme pretendia o solicitante da correção. A segunda e a terceira correções são decorrentes da primeira. A estratégia utilizada nos dois casos foi a eliminação de trechos das falas dos oradores, mas a parte remanescente deixa claro que houve palavras ofensivas, quem as proferiu e a quem foram direcionadas.

A fala do presidente da sessão (linhas 38-40/PC), único autorizado regimentalmente para determinar correções em discursos proferidos no plenário, abona as alterações feitas na transcrição, mas deixa marcas da existência de expressões não publicáveis nos *Anais* da Casa.

Finalmente, cabe observar que a informação (*Texto escoimado de expressão, conforme art. 17, inciso V, alínea b, do Regimento Interno*), usada como pista da responsabilidade pelas alterações efetuadas, contribui para a demonstração de que o texto não corresponde, em sua totalidade, ao dito na tribuna.

4. Considerações finais

No desenvolvimento deste artigo, buscamos respostas para a seguinte questão: As correções solicitadas no discurso oral cumprem o papel corretivo desejado quando representadas no texto escrito?

Vimos, nas considerações teóricas, que o contexto tem influência tanto na produção quanto na recepção do texto e que ele envolve aspectos subjetivos que podem interferir nesse processo devido aos modelos mentais dos interlocutores, possibilitando mal-entendidos. Esses aspectos sobressaem-se no discurso parlamentar, pois, nesse contexto destinado exclusivamente ao exercício da palavra, encontram-se oradores que detêm conhecimentos, ideologias e comportamentos variados, partilhados ou não.

A correção, estratégia usada no discurso oral para ajuste da fala ao contexto de produção e de uso, pode ser de iniciativa tanto do orador quanto de terceiros e, quando ela é provocada pelo interlocutor, pode não ser bem recebida e provocar conflitos, como se observa em discursos parlamentares. No texto escrito, por sua vez, a correção tem aplicação diferenciada e tanto pode ser invisível quanto aparente aos olhos do leitor. Um exemplo para

⁵³⁶Art. 17. São atribuições do Presidente, além das que estão expressas neste Regimento, ou decorram da natureza de suas funções e prerrogativas: [...] V - quanto às publicações e à divulgação: [...] b) não permitir a publicação de pronunciamento ou expressões atentatórias do decoro parlamentar.

esse último caso são as emendas a leis, como as emendas à Constituição.

No discurso parlamentar, observa-se preocupação dos oradores em impedir que termos considerados ofensivos fiquem registrados no texto escrito. Entretanto, apesar de efetuadas as correções solicitadas, restam marcas que revelam a presença de termos controversos proferidos no discurso, prejudicando o intuito da correção.

Como resposta à nossa questão, observamos que as correções objeto deste artigo, quando aplicadas ao texto escrito que analisamos, deixam marcas que despertam mais a atenção do leitor que se o termo corrigido fosse mantido no texto tal como proferido. Sendo assim, em vez de ter solicitado a retirada do termo, como usualmente ocorre no parlamento, caberia melhor a exigência de uma retratação.

Referências bibliográficas

AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de. *Conversação e conflito: um estudo das estratégias discursivas em interações polêmicas*. 1997, 367p. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Procedimentos de reformulação: a correção. In: PRETI, Dino (Org.). *Análise de textos orais*. 6. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003. p.147-178.

DIONÍSIO, Angela Paiva & HOFFNAGEL, Judith. Estratégias de textualização na fala e na escrita. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio & DIONÍSIO, Angela Paiva (Org.). *Fala e escrita*. 1.ed., 1.reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 105-122. Disponível em: <http://www.ufpe.br/ceel/e-books/Fala_Escrita_Livro.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2013.

FÁVERO *et al.* A correção no texto falado: tipos, funções e marcas. In: NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). *Gramática do Português falado*. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp, 1999. Volume VII: Novos estudos. p. 53-76.

HILGERT, G. Procedimentos de reformulação: a paráfrase. In: PRETI, Dino (Org.). *Análise de textos orais*. 6. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003. (Projetos paralelos – NURC/SP – Núcleo USP). p.117-146.

JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi. *Analisando o texto*. São Paulo: Museu da Língua Portuguesa, 2009. Disponível em: <<http://www.museulinguaportuguesa.org.br>>. Acesso em: 12 out. 2012.

KOCH, Ingedore Villaça & ELIAS, Vanda Maria da Silva. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

LEITE, Marli Quadros & PERUCHI, Rosane M. Gonçalves. Glossário. In: PRETI, Dino (Org.). *Análise de textos orais*. 6. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003. p. 263-271.

MARCUSCHI, Antônio Luiz. *Análise da Conversação*. 5.ed. 4.imp. São Paulo: Ática, 2003a.

_____. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 4. ed. São Paulo: Cortez,

2003b.

VAN DIJK, Teun A. Texto y contexto de los debates parlamentarios. *Revista Electrónica de Estudios Filológicos*. n. 2, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.um.es/tonosdigital/znum2/estudios/TAvanDijkTonos2.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

_____. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

A SIGNIFICAÇÃO EM SEU PROCESSO DINÂMICO: ANÁLISE ENUNCIATIVA DO VERBO *CORTAR* EM PB

Soraia Assis GARCIA (PG-UNIFESP⁵³⁷)

Resumo: A proposta deste artigo é apresentar resultados parciais da pesquisa sobre o processo de construção da significação em enunciados com o verbo *cortar*. As análises partem da premissa de que a estabilização semântica da unidade é provisória e se desenha nas interações com os contextos evocados. O referencial teórico adotado prevê que a variabilidade subjacente à unidade possui uma regularidade, e que os elementos do enunciado são convocados pelo verbo e delimitam seus modos de funcionamento. Os resultados até então obtidos indicam que *cortar* tende a marcar uma desestabilização da relação entre elementos antes apresentados de modo linear ou integrados.

Palavras-chave: Linguística da Enunciação. Identidade e variação semânticas. Verbo cortar.

1. Introdução

A Teoria das Operações Enunciativas (TOE), posicionamento teórico adotado neste trabalho e inserido no campo da Linguística da Enunciação, parte do princípio de que não há conteúdos atribuídos às unidades linguísticas fora da língua em funcionamento. Há, entre as unidades linguísticas e seu contexto (entendido, aqui, como o material verbal constitutivo do enunciado produzido) uma relação dialética, na qual o contexto é, ao mesmo tempo, determinado pelo funcionamento enunciativo da unidade linguística e seu determinante.

Isso não significa que a unidade linguística deixe de apresentar materialidade semântica. Essa materialidade simplesmente não é da ordem de traços de conteúdos. A identidade semântica de uma unidade lexical deve ser buscada no movimento através do qual ela evoca contextos que, construindo enunciados não quaisquer, lhe estabilizam um valor semântico (o que se conhece por *sentido*). Estes contextos, que só conferem um sentido *x* ou *y* ao enunciado por conta dos elementos da sequência enunciativa, são, portanto, ao mesmo tempo, externos a ela e dela integrantes (ROMERO, 2010). É o modo como a unidade abarca e delimita seus próprios contextos que define a natureza de sua identidade, que é abstrata e descrita por uma formalização conceitual denominada *forma esquemática*.

Sob essa ótica, não há sentido em se falar em polissemia, a menos que se desconstrua sua definição. Melhor do que dizer que uma palavra é polissêmica seria dizer que polissêmicas são as relações entre os elementos do enunciado e entre ele e seu contexto.

Romper com a lógica de que as palavras têm significados imanentes requer uma nova postura ante aos fenômenos linguísticos. Um verbo, então, possuiria um sentido? O que dizer dos sentidos que lhe são atribuídos na apresentação de seus variados empregos, como fazem os dicionários?

Acerca dessas questões, Romero é incisiva: “Ao refutarmos qualquer tipo de conteúdo inerente, postulamos, conseqüentemente, uma unidade linguística cujo âmago é de natureza variável e definido pelo papel específico que desempenha nas interações das quais participa.” (2010, p.480-481).

A construção do *sentido* é entendida sob diferentes modelos semânticos, os quais, ainda que se diferenciem quanto ao modo de analisar as unidades linguísticas e suas variações

⁵³⁷ Mestranda da Universidade Federal de São Paulo (SP), Brasil. E-mail: soraia-garcia@bol.com.br.

de sentido, se aproximam quanto à concepção subjacente de que haja nelas um valor semântico de base, cabendo ao contexto a função de selecionar, entre os valores semânticos que lhe são inerentes, o mais adequado à situação representada pelo enunciado. Por outro lado, a polissemia que permeia a língua é vista por algumas correntes pragmáticas como um fenômeno inteiramente influenciado pelo contexto extralinguístico, caracterização que remete o sentido a algo externo ao signo.

O que diferencia a TOE dessas concepções é, em primeira instância, a recusa em se atribuir um conteúdo semântico inerente a qualquer unidade da língua, seja ela lexical ou gramatical. A não dicotomização contexto-enunciado é outro ponto que mostra nosso posicionamento diverso de outras teorias. A nosso ver, inerente à unidade é a variação, e a identidade semântica que buscamos está no desenrolar do processo enunciativo, nas interações entre as unidades linguísticas e os seus respectivos contextos, que não deixa de ser por elas desencadeadas.

A concepção culioliana da construção de sentido possui uma abordagem construtivista⁵³⁸, segundo a qual “o contexto ou a situação não é exterior ao enunciado, mas gerado (a) pelo próprio enunciado” (FRANCKEL, 2011, p.109). Assim, ainda no dizer de Franckel, “o contexto não constitui um conjunto de dados externos a uma sequência, sendo a própria forma da sequência a responsável por determinar as condições de sua constituição em um enunciado contextualizado”. (2011, p. 109).

Voltando à questão da identidade semântica, ao falarmos no papel específico que desempenha nas interações das quais participa, percebemos que o único modo de fazer com que a dinâmica enunciativa invariante (ou *forma esquemática*) da unidade linguística seja revelada é ver como ela apreende os termos com os quais se constrói e é por eles apreendida. Desconstruir esse funcionamento, descortinando essas apreensões, será o caminho percorrido na análise do verbo *cortar*, nos contextos nos quais se insere.

Nosso propósito, ao confrontar enunciados em que *cortar* esteja presente, é o de buscar regularidades de funcionamento, procurando entender quais as propriedades manifestadas pelos elementos com que o verbo se combina e de que modo essas propriedades evidenciam sua natureza enunciativa.

Atingida essa dinâmica enunciativa invariante, será possível propor uma sistematização do funcionamento, na língua integrada ao uso, dessa unidade lexical.

Este trabalho tem, portanto, como objetivo geral analisar e descrever os modos de funcionamento do verbo *cortar* em seus diferentes empregos (contextos de uso), bem como buscar compreender os processos pelos quais se constrói sua identidade semântica.

A escolha do verbo *cortar* como unidade lexical a ser analisada se deu, em primeiro lugar, pela possibilidade de ampliação do alcance de estudos já em andamento⁵³⁹ acerca de outras unidades que podem substituí-la em determinados contextos de uso, e, em segundo lugar, pelo fato de muitas de suas construções enunciativas serem de uso frequente na linguagem cotidiana, o que pode facilitar o desenvolvimento de eventuais propostas direcionadas à área da semântica lexical em sala de aula⁵⁴⁰.

Como objetivos específicos, propomo-nos, nesta etapa de nosso trabalho, a:

- Apresentar um levantamento de enunciados nos quais se percebem as possibilidades de variação semântica do verbo *cortar*;

⁵³⁸ O termo construtivista, aqui, nenhuma relação tem com os sentidos que lhe são conferidos no campo da Pedagogia.

⁵³⁹ Estudos conduzidos por integrantes do Grupo *Gramática operatória e enunciação*, coordenado por nossa orientadora, Prof^a Márcia Romero.

⁵⁴⁰ Como professora do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, questões referentes ao campo pedagógico em muito nos interessam.

- Analisar as interrelações travadas entre essa unidade lexical e os outros termos dos enunciados, de modo a construir uma hipótese de sua forma esquemática, a partir das regularidades observadas.

2. Procedimentos Metodológicos

O corpus, constituído por levantamento de enunciados na web⁵⁴¹ e análise de fontes lexicográficas, tem como metodologia de análise o processo de reformulação de enunciados como fundamento para elaborações de glosa.

Tal metodologia de reformulação consiste em desconstruir e reconstruir sequências enunciativas por meio de uma observação minuciosa dos elementos linguísticos que as constituem.

Observar minuciosamente uma sequência enunciativa significa “considerar cada unidade de uma sequência em um contexto (o resto da sequência), e mais amplamente, em um ambiente textual” (FRANCKEL, 2011, p.107).

Glosar as sequências é um caminho para que se perceba a dinâmica enunciativa invariante do verbo e, assim, sua forma esquemática, conceito que se inscreve em um modelo de representação de identidade semântica que se afasta de uma definição em termos de um valor semântico primeiro ou de base. Como já observamos, a forma esquemática concebe a caracterização da unidade por meio de um modo peculiar de funcionamento que abarca os próprios contextos nos quais ela se insere.

Esse procedimento permite desvelar os traços que remetem aos esquemas de operação da ordem da linguagem sustentando os enunciados, evidenciando o que é ou não generalizável no modo de funcionamento do verbo *cortar*.

Nas análises que apresentaremos, as observações se concentraram em alguns elementos linguísticos, como os complementos verbais, o sujeito da frase (cuja forma de apreensão nos interessou, sobretudo quanto à construção intransitiva da unidade lexical estudada). Procuramos perceber que propriedades dessas unidades se destacavam em sua interação com o verbo *cortar*, de que maneira ele as mobilizava, sob que ótica tais unidades poderiam ser interpretadas a partir dele.

A perspectiva construtivista remete a uma consideração do sentido não como inesgotável, mas como sempre negociável. É essa negociação de sentido travada na elaboração das glosas que permite delimitar o que é invariante num enunciado. Uma das reformulações que fizemos, a fim de trazer à tona essa negociação de sentido, foi efetuar substituições no interior de alguns enunciados, como experimentar o efeito de um emprego transitivo numa sequência em que o verbo cumpria um papel intransitivo (como no primeiro exemplo apresentado).

Outra estratégia de reformulação, prevista nos procedimentos de glosa de enunciados, que utilizamos foi a substituição do verbo *cortar* por outros verbos, como forma de observar as mudanças de apreensão de outros elementos do sintagma que tal mudança ocasionou.

Para demonstrarmos a aplicação da perspectiva da *Teoria das Operações Enunciativas* na prática, passemos, então, aos resultados parciais a que chegamos com nossas análises, as quais apresentaremos na próxima seção.

3. Funcionamento enunciativo do verbo *cortar*

⁵⁴¹ Para este artigo, foram selecionados 16 enunciados, dentre os 50 que compõem o corpus neste estágio de pesquisa. O levantamento partiu de pesquisa, em sites de busca, das ocorrências de sequências não estabilizadas semanticamente, tais como *Ele cortou; Cortou-me; Cortei*. A partir dos empregos listados, selecionamos os mais frequentes no uso cotidiano, com exceção da sequência *O rio cortou*, selecionada pela pouco comum forma intransitiva do verbo.

A unidade lexical em questão parece desestabilizar, de diferentes modos, uma relação entre elementos que poderiam ser apresentados de modo *linear* (ou *contínuo*). Veremos de que modo o que, no presente estado da pesquisa, representamos por linear ou contínuo e de que modo *cortar*, ao mesmo tempo em que evoca tais representações, as desestabiliza.

Cortar, do ponto de vista sintático, costuma aparecer nos enunciados como verbo transitivo direto, embora se verifique sua forma intransitiva registrada em fontes lexicográficas. Um dos significados do verbo *cortar* apresentado pelos dicionários é *secar*, em sequências como *O rio cortou*. Embora nossa reflexão não parta da premissa de que haja um significado inerente ao verbo, o valor semântico registrado cumpre um papel em nossa análise, pois, ainda que o enunciado em questão não nos forneça muitos dados empíricos, ele nos dá uma pista importante do que possa ser invariante em *um de seus modos de funcionamento*.

Como o fluxo de um rio, há enunciados que apresentam uma linearidade que se (des)constrói a partir da interação do verbo *cortar* com outras unidades linguísticas.

A mesma invariância parece acompanhar os movimentos de *cortar* em sequências como esta:

(1) *Foi tanto o calor, que o rio cortou.*

É interessante apontar a rara forma intransitiva do verbo *cortar*, que incide sobre o termo *rio* como o próprio curso das águas, o curso em si. Uma vez cortado o fluxo, *i.e.* sua essência, o rio se debilita, mina, daí o valor de *secar*, que se constrói nesse movimento enunciativo.

Reformulando o enunciado para *O rio corta a rocha*⁵⁴², a forma transitiva do verbo incide sobre o termo *a rocha* ao apreendê-lo como um conjunto de matérias orgânicas que compõem a superfície rocha. Cortada a linearidade desse conjunto, desestabiliza-se a rocha enquanto um todo compacto.

Observemos, agora, o enunciado:

(2) *Kristen Stewart cortou o pé 'gravemente' com cacos de vidro.*

Neste exemplo, o verbo *cortar* apreende o termo *pé* sob a ótica da pele que o constitui. Isso é facilmente percebido se o compararmos com *Ele quebrou o pé*, em que o termo *pé* passa a ser apreendido como *parte do corpo humano* (ou como parte da estrutura que constitui o corpo humano). Assim, *cortar o pé* remete à divisão de uma unidade, visto que a pele a partir do qual *pé* é apreendido evoca um órgão inteiriço, o tecido que recobre o corpo, mais especificamente, que recobre a estrutura óssea do pé. Daí, justamente, a incidência do verbo *cortar*, em enunciados com tais complementos, evocar *tomar ou levar pontos*, que indica, justamente, a reconstituição da pele como unidade inteiriça.

Contextos envolvendo a ideia de linearidade também são convocados pelo verbo em enunciados como o que se segue:

(3) *Fernando Prass cortou o joelho e levará pontos.*

Assim como na sequência *cortar o pé*, *joelho* é interpretado a partir de *pele*, e é sobre a linearidade das células que compõem essa membrana que o verbo incidirá, interrompendo o encadeamento das camadas desse tecido.

⁵⁴² O rio corta a rocha não por causa de sua força, mas por causa de sua persistência. - *Jim Watkins*. Disponível em <http://www.frasesnofacebook.com.br/frases-famosas/o-rio-corta-a-rocha-nao-por-cao-de-sua-forca-7187/>

Ampliando nosso raciocínio, podemos explorar mais um pouco o substantivo *tecido*, observando os movimentos que estão em jogo em enunciados como o que veremos:

(4) *O estilista cortou e costurou o tecido.*

Neste caso, *tecido* é interpretado a partir do conjunto de fios que constrói suas tramas, e o verbo incide sobre a linearidade dessa superfície, que é rompida. O contexto evocado pelo verbo é de uma *ruptura controlada*.

A fim de testar essa última afirmação, tomemos uma construção como *Rasgou? Não jogue fora! Remende*: a ruptura da trama de um tecido que se rasga evoca a ideia de estrago, o que se evidencia pelo termo *remendar* como possibilidade de reconstrução.

Substituindo o verbo *cortar* por *mastigar*, temos outro enunciado que revela um contexto diferente do evocado pelo verbo *cortar* na interação com *tecido*: *Levei a tesoura junto pra faculdade pra cortar tecido e acabamos cortando plástico bolha com ela, depois disso só mastigou o tecido!*

Tais substituições conduzem à associação de *cortar* a um movimento através do qual se interrompe uma linearidade, preservando os pontos de conexão dos fios da trama do tecido cortado.

Também percebemos um contexto de linearidade evocado no próximo enunciado:

(5) *Marta corta palavra de Suplicy no Senado.*

Aqui, o termo *palavra* é tomado enquanto cadeia sintagmática, sobre a qual o verbo incide, interrompendo sua sequência.

Tomemos agora como objeto de análise uma sequência que apresenta um complemento bastante frequente para o verbo *cortar*:

(6) *Acusado de matar rapaz que cortou pipa é condenado.*

Percebemos dois movimentos solicitados pela representação construída: num primeiro momento, o verbo *cortar* faz com que haja uma continuidade entre *pipa* e a pessoa que a empina. Essa continuidade representa-se pela própria linha da pipa. Vale observar que, em *cortar a pipa*, não há a representação da pipa entendida sob a ótica do *papel* a partir do qual ela é feita; em um segundo momento, essa mesma continuidade, solicitada por seu funcionamento, deixa de se verificar, uma vez que *cortar a pipa* remete a uma representação em que *pipa* deixa de estar vinculada àquele que a empina (a pipa pode, inclusive, plainar sozinha no ar).

Outro exemplo em que podemos perceber a linearidade sendo convocada pelo verbo *cortar* é o seguinte:

(7) *Cortou a luz do cortiço pra expulsar os inquilinos.*

O termo *luz* é interpretado como uma corrente elétrica cuja linearidade é interrompida. O verbo *cortar* incide sobre o fluxo de partículas eletrizadas que compõem essa corrente, desestabilizando sua ordenação.

Focando nossa atenção no substantivo *luz*, consideremos o próximo enunciado:

(8) *O Forro Corta-Luz, Bella Janela é ideal para decorar a sala da sua casa.*

Neste caso, o termo *luz* é apreendido como a luminosidade gerada pelos raios solares, e o verbo *cortar* incidirá sobre essa luminosidade, evocando contextos em que a noção de barreira está envolvida.

Como outro exemplo que envolve representações de linearidade, apresentamos a sequência

(9) *Tarsila Crusius, e demais apoiadores da iniciativa cortaram a fita dando abertura ao evento.*

O verbo *cortar* mobiliza *fita* enquanto um dispositivo de ordem abstrata, ou seja, *fita* não evoca a representação de um objeto em si, mas o *ineditismo*, o *novo* a ser inaugurado. O verbo, nessa sequência, incide sobre o vínculo de proteção que a fita conferia ao evento, formando, com ele, uma unidade. A proteção, ao deixar de existir, faz com que o evento se manifeste.

Num movimento diverso, em *Eu cortei a fita crepe com a tesourinha*, o verbo *cortar* mobiliza *fita* enquanto um dispositivo de ordem concreta, o objeto em si, incidindo sobre a linearidade de sua extensão.

Passemos agora a outra sequência, que traz um emprego muito comum do verbo *cortar*:

(10) *O ator (Edson Celulari), que atualmente interpreta o Felipe em "Guerra dos Sexos", cortou o cabelo em um salão de beleza em um shopping na Barra da Tijuca.*

Neste enunciado, o termo *cabelo* não é representado como um conjunto de fios tomados um a um, mas enquanto um todo uniforme, uma mesma unidade que sofre uma modificação de alguma ordem (na forma ou em sua extensão). O que se apresentava sob uma dada uniformidade, passa, a partir do *corte*, a se apresentar separadamente daquela uniformidade que antes a constituía.

Tal movimento enunciativo se percebe em enunciados como *A docente pousou o baralho na mesa, e deslizou metade para o lado, cortando-o*, em que as cartas que compõem o baralho não são apreendidas como unidades; a ideia de *parte* se perde; o que é visto, é o *baralho* como algo inteiriço. É sobre o inteiriço que atua *cortar*.

Em nossas análises sobre a unidade lexical em questão, a observação de seu funcionamento em enunciados cujo sentido é considerado, pelas obras gramaticais, como *conotativo* – ainda que discordemos dessa classificação – mostrou-se bastante interessante, como poderemos atestar na sequência que se segue:

(11) *A hora que eu vi o bebê, me cortou o coração.*

O verbo, neste exemplo, faz com que *coração* seja interpretado a partir do fluxo sanguíneo que é posto em circulação por esse músculo, ao mesmo tempo em que mobiliza o substantivo enquanto o *conjunto de emoções* que ele representa. Cortado o *fluxo* dessas emoções, há a desestabilização de uma linearidade que estava em curso.

No enunciado em questão, a sequência *me cortou o coração* se estabiliza com *A hora em que eu vi o bebê*. O verbo põe assim em jogo o equilíbrio e o caos que comporiam um conjunto de emoções. *Coração*, aqui, remeteria a um dispositivo de ordem sensorial.

Como se pode notar, o fato de *cortar*, na interação com o termo *coração*, não apreendê-lo, nesse enunciado, enquanto um dispositivo de ordem concreta (ou seja, *coração*, aqui, não é interpretado como um órgão no qual se fez uma incisão) em nada afeta a invariância que temos percebido em seu funcionamento. Isso reforça nossa afirmação de que

não há, na unidade, um sentido de base, o *denotativo*, e outro, decorrente dele, o *conotativo*. O que há é um sentido instantâneo, estabilizado fugazmente numa sequência cujos elementos em interações não quaisquer determinam tal configuração.

No decorrer de nossas análises, percebemos outros elementos postos em jogo quanto ao comportamento do verbo *cortar*, cujos exemplos apresentaremos a seguir.

4. Outros movimentos enunciativos

Até o momento, apresentamos *cortar* como uma unidade que convoca uma relação de linearidade. Mostraremos agora que esse verbo pode também evocar outro tipo de relação, na qual estão envolvidos elementos que constituem um grupo, formando uma unidade. Pensemos na sequência que virá:

(12) *Cortei o açúcar e o sal da alimentação.*

Os termos *açúcar* e *sal* são mobilizados pelo verbo como alimentos integrantes de um conjunto, sem que a própria particularidade de cada elemento que o integra seja levada em conta (daí o emprego do próprio termo *alimentação*). O emprego de *cortar* faz com que esses elementos, antes integrados ao conjunto e que dele não mais se distinguiam, deixem de fazer parte dele.

Dando continuidade a esse raciocínio, analisemos o enunciado a seguir:

(13) *Ela cortou a pinga dele. Hoje ele não bebe nem sequer refrigerante.*

Neste caso, o termo *pinga* é interpretado a partir de um amplo conjunto de bebidas alcoólicas, que ela representa genericamente. O verbo incide sobre esse conjunto genérico, marcando sua dissolução.

Vejamos de que forma *cortar* desestabiliza a relação de integração dos elementos que interagem no enunciado que veremos:

(14) *Beyoncé conta que caminhou e cortou calorias para voltar à antiga forma.*

O substantivo *calorias* é interpretado enquanto uma quantidade, um valor atribuído a cada um dos elementos do conjunto de alimentos que constituem uma dieta. O verbo *cortar* incide sobre esse valor, enfraquecendo-o e modificando a unidade representada por esse conjunto, que é a própria dieta.

Como nos exemplos anteriores, a relação entre elementos de um grupo é o que se põe em jogo nesta sequência:

(15) *Gameloft corta preços de diversos jogos para o fim do ano.*

Neste enunciado, graças ao emprego do verbo *cortar*, o termo *preço* passa a ser definido por meio de um conjunto de características econômicas associadas a um produto. *Preço* é aqui apreendido pelo verbo como um dispositivo relacional, de ajuste, que se modifica a partir das oscilações das características que atuam sobre sua construção, de forma que *cortar* evoca um elemento cotextual que remeta a um parâmetro, papel cumprido pela locução adverbial *para o fim do ano*.

Como último exemplo para análise, apresentamos o seguinte enunciado:

(16) *O banco central da Austrália cortou a taxa de juros para uma mínima recorde nesta terça-feira.*

O termo *taxa* é interpretado como um dispositivo de sustentação financeira, uma unidade constituinte de um sistema. O verbo *cortar* incide sobre esse sistema, num movimento de regulação, evocando contextos que remetam a índices referenciais. A locução *para uma taxa mínima* cumpre, aqui, esse papel referencial.

As análises desenvolvidas nesta seção não são definitivas, e demonstram que as variações do verbo *cortar* não são quaisquer, não sendo seus valores semânticos passíveis de aplicação a qualquer outra unidade da língua.

5. Considerações Finais

A hipótese de forma esquemática levantada, no estágio atual das análises do corpus, aponta que a unidade lexical investigada evoca valores de linearidade ou de unidade entre termos que são mobilizados enquanto dispositivos de diferentes ordens; ao mesmo tempo, num movimento de imbricação dialética entre contexto e enunciado, *cortar* incide sobre algum elemento que representa esses valores, desestabilizando-os.

A manipulação dos enunciados comprova que nenhum dos sentidos verificados vem unicamente do verbo; eles são sempre provisórios e se constroem por sua interação com as outras unidades do sintagma e entre elas e o contexto evocado.

Com a ampliação do corpus de análise e a continuidade dos procedimentos de glosas dos enunciados, pretendemos descortinar outros esquemas de funcionamento verbal de *cortar*, delimitando sua invariância, a fim de elaborar uma sistematização que descreva sua identidade semântica.

Referências Bibliográficas

CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation. Opérations et représentations*. Paris, Ophrys, 1990, T.1.

FRANCKEL, J.-J. *Da interpretação à glosa: por uma metodologia da reformulação*. In: DE VOGÜÉ, S.; FRANCKEL, J.-J.; PAILLARD, D. (2011) *Linguagem e Enunciação: representação, referenciação, regulação*. São Paulo: Contexto, 2011.

PERINI, M. A. *Estudos de gramática descritiva: as valências verbais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

ROMERO LOPES, M. C. *Processos enunciativos de variação semântica e identidade lexical: a polissemia redimensionada. Estudo dos verbos jouer e changer*. 342 fls. Tese de Doutorado, USP FFLCH, São Paulo, 2000.

ROMERO LOPES, M. C. *Estudo Semântico do Pretérito Perfeito: variações interpretativas e regularidade de funcionamento*. In: REZENDE, L. M.; ONOFRE, M. B. (orgs.). *Linguagem e Línguas Naturais – Diversidade Experiencial e Linguística*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2006.

ROMERO, M. *Um possível diálogo entre a Teoria das Operações Enunciativas e a Aquisição: identidade semântica e produtividade discursiva*. *Alfa*, São Paulo, n.54, v.2, p.475-503, 2010.

UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DA DINÂMICA ENUNCIATIVA DOS VERBOS *ROMPER E QUEBRAR*

Vanessa Santana LIMA⁵⁴³ (PG-UNIFESP)
Márcia ROMERO⁵⁴⁴ (UNIFESP)

Resumo: Apresentamos, neste trabalho, uma abordagem de análise semântica que discute e analisa o funcionamento enunciativo dos verbos *romper* e *quebrar*, com a finalidade de verificar os sentidos produzidos em diferentes contextos de inserção e evidenciar em que medida os processos enunciativos destas unidades se aproximam e se distanciam. Para tanto, fundamentamo-nos na Teoria das Operações Enunciativas (TOE) e adotamos como metodologia analítica a prática de elaboração de glosas, operação sustentada pela atividade epilinguística constitutiva da linguagem cujo propósito é a reformulação controlada do material verbal, com vistas à identificação dos processos de construção de sentido das unidades lexicais selecionadas.

Palavras-chave: Teoria das operações enunciativas, atividade epilinguística, análise contrastiva de *romper* e *quebrar*.

1. Introdução

Tradicionalmente, os estudos voltados para a compreensão do sentido das unidades lexicais encontram-se, de modo geral, centrados na existência de campos semânticos, princípio que *grosso modo* busca estabelecer redes de relações semântico-lexicais entre unidades da língua, culminando na identificação de palavras caracterizadas como polissêmicas, sinônimas, hiperônimas/hipônimas etc. Tal procedimento tem em sua base a compreensão de que os sentidos das palavras são frutos, no nível intrassistêmico, de “‘acordos’ sancionados por ‘definições’, que instituem e garantem sua validade” (TAMBA-MECZ, 2006, p.128). Se, como ainda observa o autor, “os paradigmas relacionais lexicais estão longe de ser integralmente determinados e absolutamente fixados” (TAMBA-MECZ, 2006, p.129), isso não exclui o fato de que as palavras são entendidas como dotadas de um ou mais sentidos que lhes é (são) intrínseco(s) e que antecede(m) a própria produção linguística.

Na contramão dessa concepção, o quadro referencial no qual este trabalho se fundamenta, a saber, a Teoria das Operações Enunciativas, entende o sentido como produto da materialidade verbal, das relações que a unidade linguística entretém com os enunciados nos quais se insere e ajuda a construir. Tendo em vista esse posicionamento, propomo-nos, assim, por meio de uma análise contrastiva do funcionamento enunciativo de duas unidades linguísticas consideradas sinônimas em determinados ambientes textuais, *romper* e *quebrar*, refletir sobre o conjunto de relações semânticas por elas estabelecido a fim de identificar suas características próprias e singulares dentro do sistema linguístico. Ao examinar o modo como se articulam para construir os enunciados em que se inserem, bem como as determinações atribuídas aos termos ocupando as funções sintáticas de sujeito e complemento, buscamos

⁵⁴³ Mestranda da Universidade Federal de São Paulo, PPG em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência (NT *Linguagem e Cognição*), SP, Brasil; professora da rede pública do município de São Paulo. Email: vsantana.lima@gmail.com

⁵⁴⁴ Docente da Universidade Federal de São Paulo, Departamento de Educação, PPG Educação e Saúde na Infância e na Adolescência (NT *Linguagem e Cognição*), SP, Brasil. Email: marcia.romero@unifesp.br

delinear a natureza de seu funcionamento invariante, invariância que lhes permite produzir variados valores semânticos (ou “sentidos”).

Para tanto, tomamos como ponto de partida os resultados obtidos por meio da manipulação de enunciados, tal como exposto na metodologia analítica fundamentada na elaboração de glosas (FRANCKEL, 2011b), que tem por princípio a reformulação controlada do material verbal ao qual as unidades selecionadas se integram com vistas à identificação de seu funcionamento enunciativo. Sustentada pela atividade epilinguística (CULIOLI, 1990), esses procedimentos metodológicos trazem, em sua base, um olhar diferenciado para a atividade de linguagem e os processos de articulação léxico-gramatical envolvidos na produção de sentido, o que nos permite, de um lado, repensar as questões vinculadas ao trabalho com a significação e problematizar conceitos oriundos das redes de relações semântico-lexicais (polissemia, sinonímia, sentido denotativo e conotativo etc.) e, de outro, assumir uma abordagem para qual a linguagem, capacidade intrinsecamente humana, remete a um potencial enunciativo por meio do qual somos capazes de simbolizar e significar o mundo.

2. A Teoria das Operações Enunciativas e prática de reformulação de enunciados

De acordo com a Teoria das Operações Enunciativas (TOE), o estudo da significação deve pautar-se no modo como as unidades léxico-gramaticais se relacionam, *i.e.* nos mecanismos de natureza da linguagem postos em jogo por tais unidades na construção dos enunciados nos quais se inserem. O sentido é, nessa perspectiva, o resultado de um conjunto de operações próprias às unidades linguísticas – que se organizam de um modo específico para efetuar os enunciados – e à linguagem em si. Deste modo, as unidades só constroem significações quando em funcionamento, quando enunciadas.

Vale dizer ainda que, nesta abordagem, as unidades lexicais são compreendidas como esquemas de regulação da constituição dos enunciados, não possuindo, portanto, um conteúdo semântico definido *a priori*. O que as identifica semanticamente é um potencial enunciativo, *uma forma dinâmica invariante* que ordena e orienta sua produção de sentido, sua variação semântica. Já a enunciação é apreendida como o processo de construção do enunciado, resultado da articulação estabelecida entre as unidades linguísticas que, por meio de seu comportamento, de suas características únicas, fazem emergir a significação nos mais diversos contextos linguísticos. Sendo assim, a visão de que a “palavra” isolada, por si só, é dotada de traços de conteúdo intrínsecos a ela atribuídos fora do jogo enunciativo não condiz com a abordagem teórica na qual nos inscrevemos, e isto porque, como observamos acima, uma unidade linguística só significa, só adquire um valor semântico quando posta em uso.

Esse posicionamento faz com que se repense igualmente o conceito de polissemia, que passa a ter uma acepção diversa da que lhe é comumente atribuída e que se fundamenta na existência de um sentido primeiro da unidade (comumente, de natureza denotativa) que daria origem a outros sentidos, os chamados conotativos ou figurados.

Notemos, por fim, que as relações a partir das quais se constrói a significação não ocorrem à revelia, nem são quaisquer: são relações autorizadas e orientadas pelas características próprias de cada unidade que compõe o enunciado. Seu funcionamento enunciativo (ou *sua forma dinâmica invariante* representativa de sua identidade semântica) lhes confere, ao mesmo tempo, o potencial de significar e de constituir certos contextos enunciativos, mas também restringe seu uso, fazendo com que determinados empregos sejam mais custosos. Esta identidade é apresentada por Franckel (2011a) como uma unidade que se define:

[...] não por algum sentido de base, mas pelo papel específico que ela desempenha nas interações constitutivas do sentido dos enunciados nos quais

ela é posta em jogo. Esse papel é apreensível não como um sentido próprio da unidade, mas através da variação do resultado dessas interações (p.22-23).

Em consonância com nosso referencial teórico, como vimos apontando, os processos metodológicos aqui adotados baseiam-se na atividade de reformulação de enunciados, tal como proposta por Franckel (2011b), cujo fundamento repousa na prática de elaboração de glosas. Essa prática consiste em um modo específico de parafraseamento de enunciados, cujo propósito é realizar reformulações minuciosas e controladas com vistas à identificação dos processos de construção de sentido de uma dada unidade lexical, processos comuns a todos os enunciados nos quais ela se insere. Assim, não se trata de buscar uma rede de sinônimos locais para a unidade em cada um dos enunciados ou sequências linguísticas por ela construídas, uma vez que o objetivo não é o de “mobilizar uma ou outra unidade de sentido próximo em que um contexto dado para estabelecer uma reformulação, mas pelo contrário, de considerar seus sinônimos como lugar de análise do que os distingue da unidade considerada” (FRANCKEL, 2011b, p.121).

Na realidade, a reformulação controlada ou glosa pode ser definida como uma atividade metalinguística que permite, ainda que de forma restrita e hipotética porque elaborada pelo analista, formalizar operações linguísticas e cognitivas realizadas de modo não consciente ao produzirmos enunciados. Trata-se, pois, da tentativa de tornar consciente um saber linguístico do qual fazemos uso sem que dele tenhamos consciência, um saber sustentado por nossa atividade epilinguística, atividade que consiste, por fim, na própria atividade de linguagem (CULIOLI, 1990; CULIOLI, NORMAND, 2005). De acordo com Franckel (2011b), a concepção:

[...] de glosa fundamenta-se no postulado de que língua constitui um sistema autônomo, munido de uma organização própria, que só é apreensível por meio de si mesma, nas suas manifestações formais. As formas da língua tornam possíveis sua própria formalização em uma reduplicação incessante, mas constituída como lugar de ressonância e de raciocínio. (p.122)

Esta metodologia promove, portanto, a possibilidade de estudo e análise dos possíveis efeitos de sentido produzidos pela unidade. Isso se dá por meio da identificação dos contextos linguísticos que a própria unidade linguística convoca para funcionar dentro da língua, mais especificamente, da identificação dos termos que com ela interagem e tendem a estabilizá-la semanticamente, de um lado, e das determinações por ela conferidas a esses termos, de outro. Trata-se, antes de tudo, de uma atividade reflexiva acerca dos fatos da língua, que permite o acompanhamento da progressão do raciocínio lógico efetuado na ação, bem como a ativação de processos cognitivos específicos à atividade de linguagem. Nas palavras de Franckel (2011b), nesta metodologia da reformulação, “o que está em jogo é o estabelecimento de procedimentos controláveis, que passam por uma argumentação e que se apoiam em fatos da língua reproduzíveis” (p.107).

Um dos principais objetivos que impulsiona o desenvolvimento deste estudo é a possibilidade de evidenciar que, “através da variação do sentido das unidades, é possível destacar as regularidades na maneira pela qual se organiza essa variação” (FRANCKEL, 2011a, p.19), é possível delinear o que se mantém estável dentro da variação que lhe é constitutiva. Daí a análise e observação do comportamento enunciativo de duas unidades linguísticas precisas, os verbos *romper* e *quebrar*, que, em determinados contextos, são tomados por sinônimos sem que haja reflexões sobre seu funcionamento próprio. Nossa finalidade é, assim, verificar em que medida os processos enunciativos destas unidades se aproximam e se distanciam e os caminhos que conduzem a esta aproximação ou distanciamento.

Para tanto, na continuidade do texto, realizamos atividades de reformulação envolvendo tais verbos em contextos idênticos. Os objetivos destas atividades são dois: evidenciar os mecanismos de funcionamento próprios a cada verbo e o fio condutor que orienta sua articulação com outras unidades para compor os enunciados (a sua *identidade semântica*).

3. Sobre a dinâmica enunciativa de *romper* e *quebrar*

Uma primeira consulta a fontes lexicográficas diversas (BORBA, 1990; HOUAISS, VILLAR, 2009) nos possibilitou identificar as múltiplas acepções atribuídas ao verbo *romper*⁵⁴⁵, que, de maneira geral, o aproximariam, a depender do emprego, dos verbos *quebrar*, *partir*, *rasgar*, *atravessar*, *infringir*, *raiar*, *surgir* etc. Já o verbo *quebrar*⁵⁴⁶ seria semanticamente próximo, também conforme o emprego, dos verbos *reduzir a pedaços*, *fragmentar*, *despedaçar*, *partir*, *romper*, *fraturar*, *interromper*, *cortar*, *infringir*, *violar*, *acabar*, *enguiçar*, *anular*, *entrar em falência* etc.

Nesta seção, buscamos mostrar de que modo o funcionamento destes verbos estão para além dessas acepções, que, embora nos deem pistas acerca de sua variação semântica, não explicam quais propriedades fazem com que os contextos em que são empregados, no caso daqueles em que são apreendidos como semanticamente próximos, desencadeiem cenas enunciativas a cada vez únicas.

Para a realização desta atividade de reformulação e parafraseagem, selecionamos pares de enunciados que permitem contrastar o funcionamento dos verbos ao mesmo tempo em que trazem à tona não só suas especificidades, mas também as determinações por eles conferidas aos termos com os quais se combinam para compor os enunciados.

Como primeiro par de exemplos, temos:

A1) *O cano d'água rompeu.*

A2) *O cano d'água quebrou.*

Em A1, construído com o verbo *romper*, notamos que a interpretação do termo *o cano* evoca a perda de sua capacidade enquanto continente, apreendendo *cano* como incapaz de manter sob seus limites o que deveria ser contido e conduzido até determinado ponto (por exemplo, *a água*, *o gás* etc). A interpretação tende igualmente a evocar uma causa para o rompimento, por exemplo, o fato de o que está contido exercer uma pressão sobre o que o cano que o contém. Já em A2, o termo *o cano* é apreendido de modo bem diverso, uma vez que *quebrar* faz com que ele seja delimitado por meio de suas características sólidas. A ênfase da interpretação recai, portanto, sobre a estrutura do cano, que, ao ser quebrado, perde sua solidez ou sua integridade. Um *cano quebrado* pode ser um cano que não estava sequer em uso, que nada continha, diferente do que se observa em A1, em que não apenas o cano estava em funcionamento, como se espera que sua funcionalidade seja restabelecida.

Consideremos o segundo par de enunciados:

B1) *Eles romperam o contrato.*

B2) *Eles quebraram o contrato.*

⁵⁴⁵As análises do verbo *romper* vêm sendo desenvolvidas por Lima e encontram-se em sua dissertação de Mestrado, em fase de finalização.

⁵⁴⁶Remetemos a Romero (2010) e Romero & Vóvio (2011) para análise do verbo *quebrar*.

Em B1, o termo *o contrato* é apreendido como um conjunto de cláusulas que determina as funções, direitos e obrigações de cada uma das partes nele envolvidas, funcionando como elemento regulador das ações dos envolvidos e, também, como o que garante a proteção de seus interesses. Deste modo, as ações das partes estão condicionadas às cláusulas nele estipuladas. *Romper o contrato* implica, destarte, que o que condicionava ou regulava determinados modos de ação não mais se verifica.

É interessante observar que, em B2, o termo *o contrato* também é apreendido como um documento formal composto por cláusulas que devem ser seguidas por todos. Porém, a ênfase, neste enunciado, recai sobre a perda da unidade do contrato: o que era visto como um conjunto coeso de cláusulas estabelecidas uma em função da outra – e que garantia a existência da solidariedade do contrato – simplesmente deixa de existir (porque, por exemplo, uma de suas cláusulas não foi respeitada). Essa ênfase se verifica, aliás, no próprio emprego da voz passiva, visto aceitarmos muito mais facilmente o enunciado *O contrato foi quebrado*, em que se evidencia o fato de o contrato não ser mais válido, do que *O contrato foi rompido*. Neste último caso, o apagamento do responsável pelo rompimento não permite mais que se evidencie quem se submetia ao contrato, fator primordial para o funcionamento deste verbo.

Por fim, observemos os enunciados:

- C1) *Eles romperam o silêncio.*
- C2) *Eles quebraram o silêncio.*

Em C1, o termo *o silêncio* tende a ser interpretado como o período em que alguém se recusava a falar sobre determinado assunto e inesperadamente passa a se pronunciar sobre ele. Neste caso, *o silêncio* traz o peso de uma coerção, de algo que retinha a palavra. *Romper* faz com que essa palavra retida passe a se manifestar livremente. Já em C2, *o silêncio* pode ser tanto um estado de silêncio (de ausência de barulho) que toma um dado ambiente (*As crianças quebraram o silêncio sepulcral que imperava naquela casa*), quanto *o silêncio* da palavra ausente. Na primeira interpretação referente a C2, o instante ou período apreendido por uma circunstancialidade (o estado de silêncio) cessa; na segunda, é o estado de ausência de fala que cessa. Em suma, *romper*, para poder funcionar, faz do termo *o silêncio* algo que pesa sobre *eles*, coagindo-os a se calarem, enquanto *quebrar* faz de *o silêncio* um estado circunstancial que se manifesta em um dado ambiente ou alguém, tornando-os algo uno (o ambiente ou alguém é o silêncio que neles se manifesta).

Para melhor ilustrar as características específicas dessas duas unidades, trazemos agora exemplos de enunciados em que a substituição de *romper* por *quebrar* é inaceitável, como observamos em:

- D1) *As lágrimas rompiam dando vazão à tristeza.*
- D2) *A força do vento quebrou os galhos das árvores.*

Em D1, *as lágrimas* são apreendidas como algo que estava represado, contido. Dada a intensidade da tristeza que se abateu sobre o ser, este torna-se, no entanto, incapaz de mantê-las contidas, criando a imagem de lágrimas que deságuam, que caem em abundância, revelando a dimensão da tristeza que se abateu sobre aquele que chora. Notamos que não é possível dizer **As lágrimas quebravam dando vazão à tristeza*, posto que o termo *as lágrimas* não pode ser apreendido como algo que possua uma unidade trazendo qualquer forma de solidariedade a ser desfeita.

Já D2, pelo fato de o termo *os galhos* poder ser apreendido como parte de um todo, como elementos constitutivos da *árvore*, admite perfeitamente o verbo *quebrar*, que remeteria, aqui, à perda da integridade, da unidade da árvore em si. Notamos que, em

contrapartida, dificilmente diríamos *O vento rompeu os galhos da árvore*. O que talvez pudéssemos elaborar é *Os galhos se romperam com a força do vento*, enunciado cuja representação evocaria *os galhos* como elementos que se mantêm presos às árvores, como que sustentados por elas, sofrendo, abruptamente, uma tensão que ultrapassa sua capacidade de manter essa sustentação.

4. Análise do funcionamento dos verbos *romper* e *quebrar*

A partir da realização das glosas acima descritas, foi possível observar que tanto o verbo *romper* quanto *quebrar* desencadeiam modos de construção de sentido bastante distintos, que remetem aos mecanismos de funcionamento específicos de cada um. Com essa atividade e outras dessa natureza, pudemos propor uma descrição da *forma esquemática* de ambas as unidades, dinâmica invariante que, em nosso referencial teórico, representa a identidade semântica do lexema verbal.

O verbo *romper* nos parece ser mobilizado sempre que se busca evocar a dissolução de um elemento (X) que funciona como uma retenção para que um outro elemento – no caso, (Y) – se mostre, tome outra forma, siga outro rumo etc.

Desta forma, como primeira hipótese para explicar o funcionamento enunciativo deste verbo, propomos, como *forma esquemática*, a seguinte formulação:

Dado um elemento X que funciona como retentor de Y, romper conduz à dissolução de X fazendo com que Y siga outro curso.

A partir dessa forma esquemática, observam-se três grupos de funcionamento em que:

- a) X é apreendido como elemento que desempenha função de continente e/ou condutor ou que se impõe como limite que não deveria ou não poderia ser ultrapassado (*romper o cano, o tubo, a adutora, a represa* etc.);
- b) X é um elemento cerceador ou que condiciona ações (*romper as velhas alianças, o pacto, mitos, o contrato, preconceitos* etc.);
- c) X é um elemento circunstancial (*romper o crescimento, o círculo vicioso, o imobilismo, a guerra* etc.).

Para melhor elucidar esses modos de funcionamento do verbo *romper*, tomemos mais alguns exemplos que colaboram para uma melhor compreensão dessa representação metalinguística.

Começemos pela análise de E1) *Um violento ataque de avião rompeu a guerra*. Neste enunciado, o termo *a guerra* é apreendido como uma situação conflituosa. *Romper* marca, portanto, o momento em que a situação se encontrava de uma determinada maneira e passa a ter outra característica. Assim, *um violento ataque de avião* pode tanto ter posto fim ao período de conflitos, quanto ao período de paz. O mais interessante é que *a guerra* é vista ora como estando “incubada” (ela está prestes a eclodir, faltando apenas um fator para que seja desencadeada, no caso *um violento ataque de avião*), ora como algo que estava acontecendo (e, portanto, cercando e reprimindo a todos), e *um violento ataque de avião* faz com que ela cesse.

Consideremos, por sua vez, F1) *Os noivos romperam*.

Neste enunciado, o termo *os noivos* é apreendido como duas pessoas ligadas por um relacionamento afetivo em que ambas assumem um compromisso, um para com o outro e com suas famílias. Evocam-se, portanto, um envolvimento sentimental e, também, um compromisso social, fato que as obriga a agir dentro dos parâmetros do que a sociedade a que pertencem entende como comportamentos aceitáveis para quem desempenha o papel social de

noivo e noiva. O verbo *romper*, neste caso, marca o fim de uma relação, cuja existência estava condicionada a uma série de atitudes recíprocas que delimitam o modo de agir de ambos, tanto no que diz respeito ao trato de um para com o outro, quanto no que tange ao meio social do qual fazem parte.

Nota-se que a interpretação de que, o que chegou ao fim, foi o noivado, deve-se ao verbo *romper*, pois se o substituíssemos por *quebrar*, teríamos F2) *Os noivos quebraram*, sequência que nos permite três diferentes estabilizações interpretativas:

1. O termo *os noivos* evoca uma representação de uma peça inteiriça, de porcelana ou outro material quebrável (tal como se verifica, tradicionalmente, em enfeites de bolo de casamento), que se desfaz em pedaços;
2. o termo *os noivos* é apreendido enquanto uma unidade socioeconômica, evocando uma relação de interdependência financeira que os coloca como indivíduos que, juntos, desempenham um papel de consumidores potenciais. O verbo *quebrar*, neste enunciado, marca a perda da solidariedade econômica que existia entre eles, ou seja, os recursos monetários que os mantinham em uma representação de consumidores potenciais já não existe mais, “eles estão falidos”.
3. Constrói-se uma representação de *os noivos* enquanto indivíduos, organismos vivos “sendo organismo por si só um conjunto integrado de partes interdependentes (constituição orgânica)” (ROMERO, VÓVIO, 2011, p.90). Deste modo, *Os noivos quebraram* remeteria à ideia de exaustão, de indivíduos que estão excessivamente cansados (por conta, digamos, da própria situação que envolve a organização de um casamento) e, por isso, sua composição orgânica, ou seja, a totalidade do corpo, já não é capaz de desempenhar todas as suas potencialidades (apresenta lesões, disfunções, comprometimentos que os impedem de dispor da integralidade de suas funções).

A partir da observação desses três modos de funcionamento do verbo *quebrar*, é possível identificar o que caracteriza sua forma esquemática:

Quebrar marca a perda de uma relação que une elementos constituindo X ou a perda de uma unidade “sólida” (conjunto formal de relações que constitui X).

Esta perda, tal como vimos acima, pode ser apreendida de três maneiras diferentes:

- a) X, apreendido por sua inteireza, deixa de sê-lo (há ruptura, partição) (*quebrar o salto do sapato, a página, o vaso, o cano, a empresa* etc.).
- b) X não é mais válido (X é anulado) (*quebrar a promessa, o contrato, a palavra* etc.);
- c) X, apreendido por suas manifestações temporais, não mais ocorre (X cessa) (*quebrar a rotina, a tradição, o ritmo, o silêncio* etc.).

5. Considerações finais

Ao longo deste trabalho, defendemos uma proposta de análise linguística que prima pelo estudo da significação partindo da materialidade linguística que compõe os enunciados. Por meio da atividade de parafraseagem e reformulação, pudemos evidenciar as aproximações e os distanciamentos existentes entre o funcionamento enunciativo dos verbos *romper* e *quebrar* e apresentar uma proposta analítica de natureza notadamente reflexiva envolvendo a construção da significação. Tal proposta, se parte, a princípio, de enunciados nos quais as unidades se aproximam semanticamente, só o faz com o intuito de explicar a singularidade própria a cada termo da língua, uma vez que, como pudemos observar, toda e qualquer

substituição de um termo em uma dada sequência ou enunciado implica produções de sentido distintas.

Essas produções de sentido, como vimos, não ocorrem à revelia, não surgem de maneira imprevista, mas são orientadas por dinâmicas enunciativas específicas que definem seu funcionamento e determinam suas possibilidades de significar. A essa dinâmica enunciativa invariante que é parte integrante e essencial da identidade semântica do verbo denominamos *forma esquemática*. Responsável por formalizar, metalinguisticamente e hipoteticamente, operações cognitivas e o modo como as representações são construídas pelo material verbal, a forma esquemática influencia e orienta diretamente a maneira como operamos a língua que falamos. Ela se apresenta como a descrição do papel singular que cada unidade lexical desempenha dentro da língua e, sendo assim, condensa a natureza semântica da unidade, restringe seus empregos, determina seus contextos de inserção. É, por fim, produto de um trabalho de manipulação que exige um operar da linguagem, com a linguagem e sobre a linguagem, sendo, antes de tudo, um convite à reflexão sobre a língua, a linguagem, os processos de construção de sentido e todos os mecanismos neles envolvidos.

Referências Bibliográficas

BORBA, Francisco da Silva. *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1990.

CULIOLI, Antoine. *Pour une linguistique de l'énonciation tome 1. Opérations et représentations*. Paris: Ophrys, 1990.

CULIOLI, Antoine & NORMAND, Claudine. *Onze rencontres sur le langage et les langues*. Paris: Ophrys. 2005.

FRANCKEL, Jean-Jacques. Introdução. In. DE VOGÜÉ, Sarah et al. *Linguagem e Enunciação: representação, referenciação e regulação*. Contexto, São Paulo, 2011a.

_____. Da interpretação à glosa: por uma metodologia da reformulação. In. DE VOGÜÉ, Sarah et al. *Linguagem e Enunciação: representação, referenciação e regulação*. São Paulo: Contexto, 2011b.

HOUAISS, Antônio & VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LIMA, Vanessa Santana. A prática de reformulação de enunciados como fundamento para o trabalho com significação nas aulas de língua portuguesa. (em fase de finalização). Dissertação (Mestrado em Ciências). EFLCH, Universidade Federal de São Paulo, SP.

ROMERO, Márcia Um possível diálogo entre a Teoria das Operações Enunciativas e a Aquisição: identidade semântica e produtividade discursiva. *Alfa*, São Paulo, n.54, v.2, p.475-503, 2010.

ROMERO, Márcia & VÓVIO, Claudia. Da criatividade do falar do jovem às práticas pedagógicas criadoras. *Interações*, Portugal, n.17, p.72-95, 2011.

TAMBA-MECZ, Irène. *A semântica*. São Paulo: Parábola, 2006.